

A partir das novas medidas adotadas pelo governo, e depois dos resultados conseguidos no mercado financeiro na quinta e sexta-feira, as autoridades econômicas voltam a ter maior controle da política monetária. Pelo menos nestes primeiros dois dias, ativos como o ouro e o dólar tiveram os valores de suas cotações sensivelmente diminuídos, e, ao contrário, as bolsas se recuperaram e fecharam em forte alta.

Este resultado deve-se principalmente à decisão do Ministério da Fazenda de reindexar a taxa de câmbio, além de ter determinado uma desvalorização do cruzado novo (4,46%) em relação ao dólar norte-americano. Estas medidas foram diretamente responsáveis pela queda do ágio do dólar no paralelo, além de contribuírem para uma maior tranquilidade junto ao mercado exportador.

A edição desta nova regra para o câmbio, somada à intervenção do Banco Central no mercado do ouro, que induziu alguns grandes investidores a desovar estoques, contribuindo para redução do valor do metal, demonstra a tentativa de um maior controle do governo sobre a política monetária.

As correções na economia

E também depois da nova regra estabelecida para o câmbio que, praticamente, toda a nossa economia volta a estar indexada, faltando apenas uma nova orientação para os salários para fechar o circuito da indexação econômica. O que, aliás, comentávamos em editorial na quinta-feira como algo extremamente necessário neste momento.

Considerando-se as medidas tomadas e os resultados obtidos, duas observações devem ser feitas.

A primeira diz respeito à posição do governo, que deve esperar pelo Congresso para implantar uma nova política salarial, que, como já dissemos, será a última etapa para completar o circuito da indexação da economia. Ora, é o caso de perguntar até quando o governo permanecerá na política do imobilismo. Será que ainda não perceberam nossas autoridades econômicas, e mesmo o governo,

como um todo, que é preciso tomar a iniciativa de propor para que, aí sim, o Congresso responda?

O governo tem muitas maneiras de propor ao Congresso uma nova política salarial. Pode optar pelo mais simples, que é o envio ao Legislativo de um projeto de lei, ou mesmo fazer brotar, através de suas lideranças no Congresso, um projeto que de certa forma lhe permita equacionar a questão econômica. Sabemos todos que uma das questões que têm levado os trabalhadores às greves é a absoluta ausência de uma política de salários. A demora na resolução dessa questão é causa de angústia e intranquilidade, e, se o governo não se decide por uma atitude, acaba contribuindo para a manutenção desse clima. E assim é provável que, só quando a situação estiver mais deteriorada, ele se decida por uma nova medida de urgência, que, como a editada em relação à greve, além de não resolver o problema, au-

menta ainda mais as áreas de atrito com o Legislativo.

A segunda observação, intimamente ligada à primeira, até porque guarda aspecto político, é a tentativa de retomada, pelas autoridades econômicas, de uma política monetária mais realista. Uma política que, apenas esboçada, já provocou resultados positivos. Não nos esqueçamos, porém, de que a causa do aquecimento verificado no mercado especulativo nas últimas semanas não se resumiu à inexistência de instrumentos de política monetária, como, por exemplo, a falta de indexação. Mas também, e principalmente, à onda de boatos, a intranquilidade reinante, que infelizmente ainda não foram afastadas com as novas medidas.

É causa do boato e da descrença, cada vez mais, a atitude do próprio governo, que não governa, que demora para tomar atitudes urgentes e necessárias. É fato que será muito difícil para este governo, já em seu final, mudar esta sua característica de demora e de indecisão, mas também é certo que boatos e especulações são corrigidos com a firmeza da autoridade. E não com lamentações.